

Darcy Ribeiro e a geopolítica do conhecimento: perspectivas descoloniais

Edison Romera

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: Propõe-se uma crítica, a partir do contexto latino-americano, sobre a produção e reprodução do conhecimento nas Ciências Sociais, de matriz ‘ocidental’, quando consideradas com pretensões universalizantes. Assim sendo, por meio de uma referência crítica às concepções dominantes de modernidade, se apresenta a necessidade de intercâmbio epistemológico, desconstruindo essencialismos, e propugnando um diálogo teórico e discursivo, de mutuo proveito e respeito. Nesta proposta não há rejeição às contribuições teóricas ‘ocidentais’, mas estas são consideradas em confronto com outras narrativas, ampliando assim, possibilidades enunciativas e epistêmicas. Neste percurso, se elegeu aqui o antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro (1922-1997) como um autor que elaborou uma proposta emblemática, a um processo de descolonização epistemológica e científica, a partir do contexto latino-americano. Neste cenário, Ribeiro negou um protagonismo demasiado às propostas e teorizações euro-americanas, formulando, por outro lado, uma abordagem epistêmica pluriversal, capaz de melhor explicar em sua complexidade, sua pátria continental.

Palavras-chave: geopolítica do conhecimento; Darcy Ribeiro; América Latina.

Abstract: We propose a critical, from the Latin American context, on the production and reproduction of knowledge in the social sciences, of 'Western' matrix, when considered with universalistic pretensions. Thus, through a critical reference to the dominant conceptions of modernity, it presents the need for epistemological exchange, deconstructing essentialism, and advocating a theoretical and discursive dialogue, mutual benefit and respect. In this proposal there is no rejection of theoretical 'Western' contributions, but these are considered in comparison with other narratives, expanding thus enunciation and epistemic possibilities. In this way, if here elected the Brazilian anthropologist Darcy Ribeiro (1922-1997) as an author who produced a flagship proposal, a process of epistemological and scientific decolonization, from the Latin American context. In this scenario, Ribeiro denied protagonism too proposals and theorizing Euro-American, formulating, on the other hand, a pluriversal epistemic approach, better able to explain its complexity, its continental homeland.

Keywords: geopolitics of knowledge; Darcy Ribeiro; Latin America.

Introdução

O que na América Latina, e em especial no Brasil, denominou-se por ‘descobrimento’ equivaleu de fato a um encobrimento, ou de modo mais explícito, a um apagamento do outro, tanto da história dos povos originários da América Latina e da África, quanto das capacidades de se fazer, se colocar hermeneuticamente no mundo e de ser na contemporaneidade. Já foi diligentemente desmentido que tal, de igual modo, não significou um ‘encontro’ de culturas, como outrora já desejaram escamotear a violência de sua invasão; pois, o que de fato ocorreu, “foi um imenso desencontro, um verdadeiro choque de civilizações” (Boff, 2000, p. 15-6). Assim, “en esa visión y en esa historia, es

lógico que la colonialidad fuera pasada por alto o disfrazada de injusticia necesaria en nombre de la justicia” (Mignolo, 2007, p. 33).

Sendo assim, se buscará neste trabalho, primeiramente, delinear a persistente existência de uma colonialidade do conhecimento na América Latina, como forma de manutenção, que serve para mantê-la em uma dimensão ‘subalterna’ na produção geopolítica do conhecimento. Em seguida, se destaca parte da produção teórica darcyniana, considerado por Bomeny (2001) de importância fundamental no debate concernente a constituição do campo das ciências sociais no Brasil. O objetivo é propor tal teoria como caminho de confronto e rompimento a esta mencionada colonialidade, e propugnar uma postura epistêmica e científica, entre outras possíveis, exequível para explicar seu respectivo contexto continental.

Colonialidade e racionalidade moderna

O processo de colonização dos povos e culturas que configurou o atual continente latino-americano constituiu o início de um sistema mundial que alcançou, cerca de quinhentos anos depois, um domínio praticamente global. E embora já tenha ocorrido a descolonização política, social, jurídica e cultural de tais Estados, não se eliminou uma relação de colonialidade. De fato, não existe um mundo pós-colonial propriamente dito, este foi certamente um dos mitos do século XX. Em outras palavras, “continuamos a viver sob a mesma ‘matriz de poder colonial’. Com a descolonização jurídico-política saímos de um período de ‘colonialismo global’ para entrar num período de ‘colonialidade global’” (Grosfoguel, 2010, p. 467. Grifo do autor). Ainda que tais estruturas jurídico-políticas não se façam mais presentes, e a maior parte dos Estados já se constituem independentes quanto a própria organização política, ainda permanece sobre as populações não-europeias – outrora conquistadas e colonizadas – uma exploração e dominação de ordem europeia/euro-americana. Esta contínua estrutura colonial de poder, fundamentada na relação entre europeus e não-europeus, configuram um dos elementos constitutivos do sistema mundial do poder capitalista, evidente na divisão internacional do trabalho, assim como na acumulação do capital em nível global (Quijano, 2010).

Para Grosfoguel, neste contexto se compreende a relevância na distinção entre o que se conhece por ‘colonialismo’, e o que se entende por ‘colonialidade’, pois “a colonialidade permite-nos compreender a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim

das administrações coloniais”, sendo estas formas, “produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial” (2010, p. 467).

Por conseguinte, aqueles que foram dominados não possuem autonomia nem mesmo para se autoidentificar ou autodefinir. Parte-se do princípio que aqueles que são ou já foram dominados não possuam consciência cognoscível. Mas quanto aos analistas ocidentais, que não pertencem àquela cultura, poderiam explicitar uma configuração sistemática de seu campo epistêmico com maior propriedade. A formulação mais emblemática deste pressuposto, é encontrada nas palavras do Padre Placid Temples, de origem belga e que desenvolveu seu trabalho no antigo Congo Belga:

Não esperemos que o primeiro negro com quem nos cruzamos na rua (sobretudo se for jovem) nos dê um quadro sistemático do seu sistema ontológico. Não obstante, esta ontologia existe; ela penetra e informa todo o pensamento do primitivo e domina-lhe todo o comportamento. Recorrendo aos métodos de análise e síntese das nossas disciplinas intelectuais, podemos e, portanto, temos de auxiliar o “primitivo” a procurar, classificar e sistematizar os elementos do seu sistema ontológico. (...) Não pretendemos que os Bantus sejam capazes de nos presentear com um tratado filosófico acabado, já com todo vocabulário próprio. É graças a nossa própria preparação intelectual que ele irá sendo desenvolvido de uma forma sistemática. Cabe-nos fornecer-lhes um quadro preciso da sua concepção de entidades, para que eles se reconheçam nas nossas palavras e concordem, dizendo: “Vós percebeste-nos, agora conheci-nos completamente, “conheceis” da mesma forma que nós conhecemos (apud Hountondji, 2010, p. 134).

A inconsistência desta pretensa inconsciência, como apontado por Hountondji (2010), está em uma contradição na filosofia e ciência ocidentais, quando esta se colocava como a mais autoconsciente de todas as demais disciplinas intelectuais, mas presumia concomitantemente, que algumas perspectivas epistemológicas não-ocidentais poderiam ser desprovidas dessa mesma consciência de si.

As formas e os efeitos desta colonialidade cultural foram e são diferenciadas segundo os contextos em que ocorreram. Na América Latina, o domínio cultural e a colonização do imaginário foram acompanhados de um massivo extermínio de indígenas, de modo especial, como uso de mão de obra descartável, por meio da violência da conquista e das enfermidades (Ribeiro, 1995).

Esta colonização, em paralelo ao genocídio em larga escala, transformaram quase a totalidade das culturas e povos que habitavam a América em subculturas com reduzidas referências materiais, restringidas apenas e praticamente à oralidade. Em outras palavras,

lhes foram não apenas negado o direito do acesso ao conhecimento de suas próprias culturas e saberes, mas foram cabalmente restringidos à produção de padrões próprios de produção do conhecimento, tanto intelectual, quanto plástico ou visual. A América Latina, já a partir do século XVI, tornou-se somente objeto de descrição colonial, e jamais autores de sua própria história. A conquista eurocêntrica a uma hegemonia mundial caracterizou, por meio dos parâmetros da ciência moderna, todos os outros saberes como conhecimentos inferiores, não lhe conferindo o que de fato era, “como um conhecimento de novo tipo e válido” (Miglievich-Ribeiro, 2012, p. 297).

Segundo Frantz Fanon (1979), se compreende que a empreitada colonizatória desenvolveu uma violência não somente “à casa”, mas também, “ao cérebro do colonizado” (p. 28). O que se subentende, é que os esforços dos pesquisadores e intelectuais latino-americanos opõem-se em transformar a criatividade interpretativa, assim como as ricas elaborações científicas de seu próprio contexto, à semelhança do que produzem europeus ou norte-americanos. Segundo este pensador martinicano, para que se concretize a possibilidade de avançar e elevar-se a um nível distinto em detrimento do que é imposto pelo europeu, é necessário uma consciência inventiva, é necessário descobrir. Por conseguinte, é que se coloca a proposta de Darcy Ribeiro, contrário a uma sociologia que permanece vinculada, ou pior, subordinada, às leituras e teses de uma outra geopolítica incompatível com as questões fundamentais e diretrizes hermenêuticas na América Latina.

Tanto Darcy Ribeiro, quanto Fanon, não ignoram a Europa, se assim o fizessem continuariam a sustentar uma intrínseca subordinação. Pelo contrário, acusam sua existência, mas esclarecem tratar-se de outro mundo, de outras expressões do humano, sendo que este outro humano não precisa ser seguido pelo resto da humanidade. Pelo contrário, é melhor afastar-se de seu caminho. O que é significativo nestes dois intelectuais, é que ambos propugnam que os povos não-europeus assumam o lugar que lhes corresponde como povos e nações entre povos e nações; como homens e mulheres entre homens e mulheres. O enfrentamento, em outras palavras, é, “como um homem, exigindo para si o mesmo que o colonizador exigiu para ele, considerando-se como homem. Não mais, nem tampouco menos” (Zea, 2005, p. 467).

Esta lógica aplica-se de modo incisivo à produção e à colonização do saber disseminado a partir do referencial europeu e, também, norte-americano. Caso alterássemos os nomes, a argumentação de Mignolo permanece pertinente também à história do conhecimento sociológico:

Basta olhar para as biografias dos principais nomes da construção das ciências ocidentais (Copérnico, Galileu, Kepler e Newton) para identificarmos a configuração geo-política (incluindo, é claro, a linguística) do seu pensamento. (...) Aconteceu, porém, que a forma universal de conhecer foi promovida, defendida e ampliada por um grupo de homens que viviam na Europa, estudavam nas universidades prestigiadas de seu tempo, e aconteceu que eram também homens brancos, embora alguns deles fossem judeus (Mignolo, 2006, p. 675-85).

Esta é uma colonização do saber promovida pelas geopolíticas hegemônicas de conhecimento, e sustentadas pelos que assim ainda as assimilam. Não levando em consideração que, na realidade, todo conhecimento é situado, portanto, possui uma raiz local (Haraway, 1995; Grosfoguel, 2010).

Além disso, ao construir esta ideologia de colonialidade das ciências sociais e do fazer sociológico, ao procurar estabelecer a tese de uma suposta superioridade, que é absolutamente circunstancial e histórica, este pretense dominador ‘científico’ ou ‘epistêmico’, desdobra-se inevitavelmente em um racismo perverso. Como mostra o filósofo e jurista brasileiro Roland Corbisier, influenciado pelo pensamento do escritor e ensaísta de origem tunisiana, posteriormente radicado na França, Albert Memmi¹, ao afirmar que,

Para justificar, para legitimar o domínio e a espoliação, o colonizador precisa estabelecer que o colonizado é por “natureza”, ou por “essência”, incapaz, (...) em suma, inferior. Incapaz, por exemplo, de educar-se, de assimilar a ciência e a tecnologia modernas, bem como de exercer a democracia, de governar-se a si mesmo (Corbisier, 1978, p. 100).

E assim, o estudo de autores e autoras – e teses – que nascem em terras latino-americanas, e de modo especial, no Brasil, são praticamente desconhecidos, ou quando muito, conhecidos parcial e tangencialmente. Tal comportamento já é por si só uma grave denúncia a que, “um certo colonialismo faz com que leiamos com atenção os europeus ou norte-americanos, mas nunca os latino-americanos” (Dussel, 1986, p. 15). Como exemplo, poderíamos questionar quais de nossos estudantes, ou até mesmo pós-graduados em ciências sociais dominam pelo menos dois ou três dos autores que seguem, como o fazem com aqueles denominados ‘clássicos ocidentais’? Em exemplo, autores e autoras da área sociológica, como: Nora Garita Bonilla (Costa Rica); Darcy Ribeiro (Brasil); Maria Tereza

¹ O escritor e ensaísta Albert Memmi (1921-), ao lado do psiquiatra martinicano Frantz Fanon (1925-1961) e do poeta e político da negritude Aimé Césaire (1913-2008), tornou-se uma das mais importantes referências à crítica da colonização e colonialidade.

Uribe (Colômbia); Néstor García Canclini (Argentina); Octavio Ianni (Brasil); Inés Izaguirre (Argentina); Orlando Fals Borda (Colômbia); Renato Ortiz (Brasil); Anibal Quijano (Peru); Maria Isaura Pereira de Queiroz (Brasil); Edgardo Lander (Venezuela); Catherine Walsh (radicada no Equador); Gilberto Freyre (Brasil); Raquel Sousa Elízaga (México); Kabengele Munanga (Congo²); Ruy Mauro Marini (Brasil); Silvia Rivera-Cusicanqui (Bolívia); Vânia Bambirra (Brasil); Pablo González Casanova (México); ou, Sergio Buarque de Holanda e Alberto Guerreiro Ramos (ambos do Brasil), entre tantos outros e outras que poderiam, neste caso, serem também mencionados.

Deve-se deixar claro aqui que os reconhecidos clássicos das ciências sociais, Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber são localizados no tempo e no espaço e, absolutamente vinculados a estes, tanto quanto qualquer um dos autores citados acima. Esta crítica estende-se ainda a outras personalidades de destaque nas ciências sociais, do cenário contemporâneo ‘ocidental’, como Pierre Bourdieu, Edgar Morin, Axel Honneth, Michel Foucault, Anthony Giddens, Jean Baudrillard, Clifford Geertz, Manuel Castells, Edmund Leach, Charles Tilly, Jacques Ellul, Richard Sennett, Jürgen Habermas, Robert Alan Dahl, Norbert Elias, Karl Mannheim, Raymond Aron, Reinhard Bendix, Robert Castel, Zygmunt Bauman, Michel Maffesoli, apenas para citar alguns. Como forma de poder geopolítico, sob o avanço da concepção eurocêntrica e norte-americanista, a reprodução por estes centros hegemônicos de uma colonialidade do conhecimento, incluindo o sociológico, é configurado com consentimento dos ‘subalternos’, neste caso, latino-americanos.

Darcy Ribeiro e uma proposta epistêmica autônoma

Diante destes apontamentos, elegi Darcy Ribeiro, como aquele que propugnou, em seu próprio modo e horizonte teóricos e utópicos, não apenas uma via alternativa à construção epistêmica supracitada. Foi além. Construiu um conhecimento autóctone e autônomo inovador, que como todo conhecimento, seja científico ou epistemológico, no caminho de sua construção, se apresenta um conhecimento polêmico; pois tem que primeiro destruir para abrir espaço para suas próprias construções (Cf.: Lecourt, 1978; Bachelard, 1996).

Darcy Ribeiro foi um intelectual-militante e pensador polímata. Exerceu funções e tarefas das mais diversas como antropólogo, educador, político, escritor, ensaísta e romancista,

² Kabengele Munanga (1940-) é naturalizado brasileiro e reside no país desde 1980, atualmente é professor na Universidade de São Paulo-USP.

professor e ‘utopista’, pois que, se dedicou a estudar a América Latina e, de modo especial, o Brasil que poderiam e deveriam dar certo. Foi uma figura pública que alcançou projeção e reconhecimento internacional. Nascido em 26 de outubro de 1922, na cidade de Montes Claros, na região norte de Minas Gerais, Brasil, faleceu em 1997, com 74 anos, respeitado como um brilhante intelectual por inúmeras vezes, jamais consensuais, visto os combates ideológicos que subjazem seus escritos. Seu pensamento e obra alinhavam-se aos ideais de uma sociedade solidária e emancipatória que criativamente remontavam a alguns clássicos para motivar desdobramentos mediante interessantes debates e reconstruções teóricas das mais estimulantes³.

Para Ramón Grosfoguel (2010), não se trata de apenas valorizar a importância e implicações sociais de dada elaboração epistêmica, nem mesmo o reconhecimento de que todo conhecimento seja, de fato, sempre parcial. A questão central é o *locus* da enunciação, ou como denominou o filósofo argentino Enrique Dussel, a “*geopolítica do conhecimento*” (apud Grosfoguel, 2010, p. 459. Grifo do autor). Em outras palavras:

Na filosofia e nas ciências sociais ocidentais, aquele que fala está sempre escondido, oculto, apagado da análise. A ‘ego-política do conhecimento’ da filosofia ocidental sempre privilegiou o mito de um ‘Ego’ não situado. O lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero e o sujeito enunciativo encontram-se, sempre, desvinculados. Ao quebrar a ligação entre o sujeito da enunciação e o lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero, a filosofia e as ciências ocidentais conseguem gerar um mito sobre um conhecimento universal verdadeiro que encobre, isto é, que oculta não só aquele que fala como também o lugar epistêmico geopolítico e corpo-político das estruturas de poder/conhecimento colonial, a partir do qual o sujeito se pronuncia (Grosfoguel, 2010, p. 459).

Partindo de um antagonismo à esta perspectiva, ainda presente e frequente no continente cultural latino-americano, ou seja, de uma inclinação, como se fora ‘natural’, não ler ou debater as correntes teóricas formuladas neste mesmo contexto, neste mesmo *locus* enunciativo, submetendo-se a uma leitura dedicada de europeus e norte-americanos, mas nula ou, no máximo, superficial de latino-americanos, é que o autor aqui elegido se inscreve.

O primeiro esforço de Darcy Ribeiro visando uma interpretação do Brasil e que, posteriormente, se estenderia também para as Américas, data da década de 1950. Todavia,

³ Sobre tais apreensões da obra de Darcy Ribeiro, a título de exemplo, citamos trabalhos, entre outros, dos autores: Walter D. Mignolo (2003), Adelia Miglievich-Ribeiro (2011; 2013), Haydée Ribeiro Coelho (2012), Helena Bomeny (2001), Neusa Vaz e Silva (2009).

não chegou a publicar sua obra, denominada inicialmente como ‘Teoria do Brasil’, naquele período, dado que sobre ela afirmou:

(...) a primeira versão deste livro, umas quatrocentas páginas densas, tomou forma, depois de dois anos de trabalho intenso. Não era já a síntese que me propusera. Era, isto sim, a versão resultante de minhas vivências nos trágicos acontecimentos do Brasil de que havia participado como protagonista. Esse era o nervo que pulsava debaixo do texto, a busca de uma resposta histórica, científica, na argüição que nos fazíamos nós, os derrotados pelo golpe militar. Por que, mais uma vez, a classe dominante nos vencia? (Ribeiro, 1995, p. 13).

Conquanto, Darcy demonstrou insatisfação com a primeira leitura crítica que efetuou da obra, chegando mesmo a assustá-lo como assinalou, pois sua contribuição, a seus olhos, apresentava-se insuficiente. Ou pior, como asseverou, “não respondia às questões que propunha, resumíveis na frase que, desde então, passei a repetir: por que o Brasil ainda não deu certo?” (Ribeiro, 1995, p. 13).

Confrontando-se com tais questões Darcy elabora releituras e revisões de seu trabalho, que paulatinamente foram se avolumando e se tornando livros. Incomodava-o a necessidade de elaborar uma teoria explicativa do Brasil, assim como da América Latina, situados numa ampla história humana, o que o impulsionava, portanto, a refletir sobre uma inovadora teoria da história. Darcy Ribeiro não encontrava possibilidades explicativas nas teorias conhecidas. Para ele, tais poderiam servir, meramente, a “uma versão teórica do desempenho europeu, mas não explicavam a história dos povos orientais, nem o mundo árabe e muito menos a nós, latino-americanos” (Ribeiro, 1995, p. 14).

Assim, Darcy Ribeiro inicia uma revisão das teorias da evolução sociocultural, a fim de incluir devidamente as sociedades americanas – em especial latino-americanas – entre a história humana em perspectiva autônoma, e não restritamente vinculada à concepção e horizonte teóricos europeu. Darcy deixou claro que, seu “sentimento era o de que nos faltava uma teoria geral, cuja luz nos tornasse explicáveis em nossos próprios termos”, alicerçado em nossas experiências na história, pois, “teorizações oriundas de outros contextos eram todas elas eurocêntricas demais e, por isso mesmo, impotentes para nos fazer inteligíveis”; constatando obviamente que, não possuindo o mesmo passado, nosso presente também não se coaduna com o deles, e assim, “nem nosso futuro um futuro comum” (Ribeiro, 1995, p. 13). Esta postura epistêmica cooperou para que se elaborasse uma crítica ao eurocentrismo dominante – conforme aquele destacado anteriormente – das teorias correntes sobre a evolução cultural. A revisão de tais teorias, se daria com base em

estudos autóctones de nascente americana; não tendo como objetivo atribuir uma nova e inconsequente hegemonia, que antes seria sustentada pela Europa, mas pelo contrário, teve o intuito de recolocar as sociedades humanas em sua totalidade, em uma linha comparativa de seus aspectos e processos de desenvolvimento (Ribeiro, 1997). O livro ‘O Processo Civilizatório: etapas da evolução sociocultural’ é a obra em que Darcy Ribeiro realiza tal revisão das teorias de evolução histórica.

Apesar das observações teóricas já formuladas e fundamentadas, Darcy Ribeiro não demonstrou completa satisfação. O percurso interpretativo, em sua concepção, não estava de todo exaurido, sendo que as questões tratadas em ‘O Processo Civilizatório’ ainda não eram suficientes para tornar explicável sua pátria continental. Portanto, haveria de prosseguir em suas elaborações teóricas que, suficientemente, permitissem continuar no projeto inicial que o movia. Com isto, se propôs a uma nova abordagem e aproximação, de maior especificidade, com a América Latina. E assim, prosseguiu:

Saí, então, em busca de explicações mais terra-a-terra, em mais anos de trabalho. O tema que me propunha agora era reconstituir o processo de formação dos povos americanos, num esforço para explicar as causas do seu desenvolvimento desigual. Salto, assim, da escala de 10 mil anos de história geral para os quinhentos anos da história americana com um novo livro: *As Américas e a Civilização*, em que proponho uma tipologia dos povos americanos, na forma de uma ampla explanação explicativa (Ribeiro, 1995, p. 15).

Desta feita, ‘As Américas e a Civilização’ estabelece de modo consistente, um empenho de interpretação antropológica de fatores complexos, de ordens sociais, culturais e econômicos na América, e que regeram a formação de suas etnias nacionais. “Seu objetivo básico é proceder a uma análise das causas do desenvolvimento desigual das sociedades americanas” (Ribeiro, 1983, p. 9).

A América Latina, segundo Darcy Ribeiro (1983), não é apenas o resultado da somatória de dois mil anos de latinidade, ou proveniente ainda de cinco séculos de ocupação europeia. Mas, munidos desta herança histórica, foi possível adquirir duas características de nível continental. A primeira, é que somos uma civilização antiga, assim como também é antiga as culturas ibéricas das quais somos herdeiros, em plena simbiose com uma segunda característica, a de que somos povos novos, expressos enquanto etnias. No livro ‘As Américas e a Civilização’, esta concepção teórica constitui a gênese para a elaboração das tipologias étnico-nacionais de povos extra-europeus, que serviu de fundamento de,

praticamente, todos os textos escritos no período de exílio, objetivando o estudo e conhecimento das diversas formações socioculturais na América Latina.

Tendo consciência da atuação e intervenção europeia reconfigurando a realidade histórica e cultural que virá a dominar nas Américas, Darcy propõe uma caracterização dos povos extra-europeus, para então, delinear construtivamente uma perspectiva de desenvolvimento autônomo, em contraponto, ao atraso histórico. Assim, o antropólogo brasileiro explicitou uma classificação aos povos americanos do ‘mundo moderno’, por meio de designações genéricas e aproximativas de diferentes povos por ele analisados. “Cada uma delas engloba populações muito diferenciadas, mas também suficientemente homogêneas quanto às suas características básicas e quanto aos problemas de desenvolvimento” (Ribeiro, 1983, p. 87), com que se confrontaram, legitimando-se desta forma, cada uma delas como categorias distintas. Esta classificação foi por ele denominada de ‘Configurações Histórico-Culturais’. A questão diferenciadora que se observa aqui em Darcy, se dá por meio de sua proposta de reformulação das concepções da evolução sociocultural para servir de base aos estudos sobre o processo de formação étnica. Após tal revisão crítica da teoria evolucionista, tendo em vista ter partido de estudos de elevado reconhecimento sobre evolução sociocultural, elaborou satisfatoriamente um novo esquema do desenvolvimento humano, objetivando um estudo orientador da formação dos povos americanos. Assim, apresentou de modo preciso, as causas da desigualdade do desenvolvimento desses mesmos povos. Em outras palavras, se elegeu aqui Darcy Ribeiro, como um dos autores de maior significado e relevância para a compreensão e interpretação sociocultural da América Latina. Primeiro, por demonstrar e legitimar a composição étnico-cultural dos povos americanos. E segundo, por colocar em pauta, consistentemente, um projeto epistêmico orientador e autônomo de unidade e composição de uma identidade latino-americana, que seja viável e realista a todos os cidadãos desta ‘Pátria Grande’ (Ribeiro, 1986).

Considerações finais

Obviamente que não consta só e simplesmente como interesse deste trabalho sugerir alterações curriculares quanto à denominada ‘Sociologia Clássica’, que inevitável e aparentemente continuará sendo ainda pautada pelas próximas décadas por Durkheim, Weber e Marx, dentre outros europeus e norte-americanos. As pretensões aqui exigem mais. Propõem um intercâmbio epistemológico, um diálogo hermenêutico e metodológico mais minucioso e, até mesmo, uma simbiose de tradições teóricas e discursivas, de mutuo

proveito e respeito, pois que, não faria qualquer sentido ignorar, ou não conferir o devido valor às contribuições do ‘ocidente’, pelos teóricos latino-americanos. A postura é outra, a de um confronto com outras narrativas, ampliando assim, as possibilidades enunciativas e epistêmicas. Inclusive, e obviamente, na Sociologia.

Um projeto epistêmico e político-pedagógico exequível não se resume em mera confrontação ou negação do outro, pratica comparada a xenofobia do que é estranho ou exterior, mas pela valorização de construções teóricas e políticas autóctones, como sendo as mais bem elaboradas e salutareas para ação e compreensão geopolíticas próprias, sendo capazes de manter diálogos com outras concepções; se tratando, portanto, da hibridez do conhecimento. Isso equivale afirmar que qualquer produção intelectual deve, prioritariamente, ser julgada ou avaliada segundo sua originalidade, sua pertinência e, sua aplicabilidade dentro de sua própria cultura e não, exclusivamente, por outros referencias geopolíticos distantes, ou então, fundamentalmente por índices de citação ou publicação em ‘línguas hegemônicas’.

Portanto, como exposto até aqui, Darcy colocou-se, não apenas como aquele que investiga objetivando alcançar uma constatação científica ou epistêmica da realidade, isto não bastaria. O antropólogo intentou, tanto por meio do rigor científico quanto da tarefa militante e utopista, cumprir a responsabilidade que acreditava ter o intelectual com respeito ao contexto em que vive. A perspectiva científica e antropológica deste brasileiro foi comprometida com o humano e se colocou a serviço dos povos que focalizou; que neste caso se refere aos povos da América Latina. Darcy Ribeiro foi um intelectual latino-americano que construiu de forma original uma perspectiva epistêmica autônoma, inovadora e salutar, de interpretação do contexto e do povo de *nuestra América*. Em outras palavras, um apelo a um ‘universal’ antagônico ao modelo eurocentrado, que é, portanto, unilateral, o que de outro modo, resultaria a repetir os erros dos velhos algozes. Mas ao superá-los, pôde incluir outras especificidades epistêmicas, favorecendo uma relação transmoderna e descolonizada; um encontro cultural, econômico, político e cognoscível com o Outro, um encontro não mais de colonizador-colonizado, ou ainda desenvolvido-subdesenvolvido, ou dominador-subalterno, mas sempre um encontro equânime, de liberdade-liberdade.

Referências

- BACHELARD, Gaston. *Formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BOFF, Leonardo. *Depois de 500 anos: que Brasil queremos?* Petrópolis: Vozes, 2000.
- BOMENY, Helena. *Darcy Ribeiro: sociologia de um indisciplinado*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- COELHO, Haydée R. “Darcy Ribeiro: a questão indígena, representação literária e suas múltiplas interfaces”. *O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira*, vol. 21, nº 2, Belo Horizonte (MG) UFMG, 2012. pp. 161-177.
- CORBISIER, Roland. *Filosofia política e liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- DUSSEL, Enrique. “Prefácio”. In.: ZIMMERMANN, Roque. *América Latina - o não ser*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- GROSGOUEL, Ramón. “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”. In.: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (orgs). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. pp. 455-491.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, nº 5, 1995. pp. 7-41.
- HOUNTONDJI, Paulin J. “Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos”. In.: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (orgs). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p.131-144.
- LECOURT, Dominique. *Para una crítica de la epistemología*. Ciudad de México: Siglo Veintiuno Editores, 1978.
- MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Darcy Ribeiro e a crítica pós-colonial de Walter Mignolo: notas sobre processos civilizatórios nas Américas. *Revista Dimensões – Revista de História da UFES*. Vitória: CCHN, UFES, vol. 29, 2012. pp. 281-380.
- _____. “Darcy Ribeiro e o enigma Brasil: um exercício de descolonização epistemológica”. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 26, nº 2, Mai.-Ago, 2011. pp. 23-49.
- _____. “Intelectuais e Autoconsciência Latino-Americana: por uma crítica à razão ocidental”. *Realis. Revista de Estudos AntiUtilitaristas e Pós-Coloniais*. UFPE. Recife (PE), vol. 3, nº 2, 2013. pp. 55-73.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/projetos globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Edt. UFMG, 2003.

_____. “Os esplendores e as misérias da ‘ciência’: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica”. In.: SANTOS, Boaventura de S. (org). *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *La Idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2007.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder e classificação social”. In.: SANTOS, B. S.; MENEZES, M. P. (orgs). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p.84-130.

RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a Civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos*. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. *América Latina: a Pátria Grande*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

_____. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VAZ E SILVA, Neusa. *Teoria da cultura de Darcy Ribeiro e a filosofia intercultural*. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2009.

ZEA, Leopoldo. *Discurso desde a marginalização e a barbárie seguido de A filosofia latino-americana como filosofia pura e simplesmente*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.